

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc.	3593/79
F.	339
	<i>[Handwritten Signature]</i>

CEDI - P. I. B.
DATA 21 / 12 / 86
COD. 0KD04

RELATÓRIO SOBRE OS

ÍNDIOS KRE'PU'MKATEYE / TIMBIRA

MARANHÃO

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. 3593/79
240
<i>Jiu</i>

S U M Á R I O

- I - HISTÓRICO
- II - ORGANIZAÇÃO SOCIAL e POLÍTICA
- III - SITUAÇÃO SÓCIO - ECONÔMICA
- IV - PROPOSTA de ELEIÇÃO de ÁREA
- V - ANEXOS
- VI - BIBLIOGRAFIA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. 3593/79
Fls. 244
Elaboração: <i>[assinatura]</i>

OS ÍNDIOS KRE'PU'MKATEYE / TIMBIRA - do MARANHÃO

HISTÓRICO

Os grupos indígenas pertencentes ao tronco linguístico Gê, que habitam o Estado do Maranhão estão classificados na grande família linguística Timbira. Isso implica numa semelhança bastante acentuada no que se refere aos elementos sócio-culturais desses grupos.

Segundo CURT NIMUENDAJÚ, o habitat Timbira se estende a partir de 3º para 9º sul latitude e de 42º para 49º oeste longitude através da região nordeste da área de estepe do Brasil central onde aquela área se une a parte sudeste da floresta amazônica. A floresta tropical atinge a faixa da costa do litoral normalmente inundável começando num ponto onde o rio Tocantins faz confluência com o Araguaia e inclui toda a bacia Gurupi, o médio e baixo Pindaré, o baixo Grajaú e o baixo Mearim.

Até o final do século XIX cerca de 15 tribos Timbira habitavam o Maranhão. Eram tribos relativamente populosas e altamente adaptadas à região. Dessas tribos somente algumas alcançaram o século XX. A descoberta e a invasão de seus territórios prolongou-se por várias décadas de lutas constantes e sangrentas. O contato com os colonizadores levou ao desaparecimento de várias tribos Timbira, e a junção de outras, como uma estratégia para sobrevivência.

Os habitantes Timbira de Geraldo-Toco-Preto, são denominados por CURT NIMUENDAJÚ⁽¹⁾ como os Kre'pu'mkateye, que resslava ser uma designação, aparentemente recente, pois na literatura é inteiramente ausente, e a população envolvente só se refere àqueles índios como Timbira. Possivelmente são descendentes do Caracategé, cujo nome persiste na denominação do distrito na margem leste do Grajaú, justamente na direção do atual habitat dos Kre'pu'mkateye.

Em 1851, estes Caracategé ainda são mencionados como habitantes do Grajaú. Consta que os primeiros neo-bra

[assinatura]

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. 3593/79
F. 242
Katôia

sileiros ao descerem pelo Grajaú, em 1811, foram atacados pelos Timbira nas imediações da localidade desde então conhecida como Desordem.

Ainda segundo CURT, WELLS, viajante, menciona a tribo algumas vezes, relembrando a tentativa feita pelo líder Curaxé, de negociar um tratado de paz com os neo-brasileiros.

O censo de 1919, feito pelo SPI, estabeleceu um número de Kre'pu'mkateye de Terra Nova, justamente dentro da Fazenda Independência, em apenas 47 índios, estes, como muitos outros grupos desse censo, pareciam muito decadentes. Em 1924 Snethlage visitou o grupo dessa aldeia, na fazenda Independência, onde estes viviam juntos com alguns Guajajara, estimados em mais ou menos 150 a 200 índios na aldeia. Em 1929, CURT NIMUENDAJÚ passa seis dias com os Kre'pu'mkateye em seu "assentamento" de Gameleira do Rumo, vivendo sob a dependência do proprietário da fazenda Independência.

Segundo CURT NIMUENDAJÚ a área Timbira foi simultaneamente ocupada por pioneiros "civilizados" seguindo 04 tipos de procedência:

- 1 - De São Luiz - MA até os rios Mearim e Itapecurú;
- 2 - Do Pará subindo o Tocantins;
- 3 - De Goiás descendo o Tocantins;
- 4 - Da Bahia atravessando pelos Campos para o Nordeste através do Piauí.

A última dessas tentativas de estabelecimento de "civilizados" foi a que provou ser mais significativa para os índios, pois, no Séc. XVII e começo do Séc. XVIII a Bahia era o centro da colonização Portuguesa, enquanto que São Luiz, Pará e Goiás eram meros postos avançados.

Os portugueses provavelmente não estiveram em maior contato com os Timbira até a expulsão dos franceses da Ilha do Maranhão. Em 1624 BENTO MACIEL PARENTE conhecido matador de índios criou um forte na boca do Itapecuru até a atual cidade de Rosário e transformou as tribos da vizinhança em seus escravos. Seguiu-se então a atividade jesuítas, que acompanhados por escoltas militares penetraram na área do

Luiz

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. 3543/79
Flo. 243
Rubrica: <i>[assinatura]</i>

rio Tocantins.

" Documentos dos fins do século XVIII indicam a decadência e os graus de exploração e de miséria a que estavam submetidas as populações indígenas da região amazônica e de outras áreas após o fracasso dos planos Pombalinos de transformação da vida colonial. Os diretores seculares dos índios substituíram-se aos missionários e colonos na exploração do trabalho indígena, os planos de desenvolvimento econômico e social, pela utilização do índio como produtor livre, fracassaram geralmente". (2)

" Pode-se mesmo dizer, sem medo de erro e exagero que a história do Maranhão de 1759 a 1850 é a própria história do desalojamento ou destruição dos grupos - Timbira". (3)

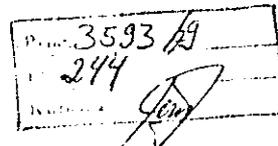
Em 1917, uma nova onda migratória afluiria para a região, nordestinos retirantes da seca ocupariam as terras que restaram aos índios após o confisco." A pecuária assumiria novamente uma grande importância na economia, entendendo-se a ocupação pastoril às áreas campestres de Montes Altos e Amarantes do Maranhão. O quinhão das partilhas - gado vacum - trazido pelos nordestinos, contribuiria para o aumento dos rebanhos, assentando bases de uma economia pastoril. Apesar de sua forma extensiva, grande parte da população passou a depender exclusivamente deste meio de produção" (4).

Após longos anos de resistência algumas tribos migraram para outras áreas, transferindo seus aldeamentos para regiões ainda não atingidas pela expansão econômica da sociedade envolvente. Anos mais tarde, estes índios remanescentes saíam de seus refúgios, buscando em vão recuperar seus territórios, conformando-se enfim, com pequenos "retiros" - ilhados de fazendas. Os índios que decidiram ficar e resistir às frentes expansionistas, viram, pouco a pouco, seus territórios serem invadidos e ocupados por "colonos" que transformava-os em intrusos e agregados de suas próprias terras.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL e POLÍTICA

[assinatura]

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI



Os Kre'pu'mkateye, guardam poucos aspectos de sua tradicional estrutura sócio-política. Os casamentos são em grande número interétnicos, entre Timbira, Guajajara e "civilizados". A liderança obedece ao esquema de "Capitão", frente à FUNAI, mas ao nível interno da aldeia, a verdadeira líder até pouco tempo atrás, era a esposa do capitão, INÊZ TIMBIRA. Sua hegemonia vem sendo quebrada ultimamente pela atuação de uma outra índia Timbira, JAMANCI, que vem liderando a tentativa de solução para a questão da terra entre os índios daquelas aldeias, crucial para a sobrevivência dos mesmos.

A distribuição das casas obedece ao traçado das vilas neo-brasileiras da região, ou seja, em forma de ruas.

Ultimamente, existe um retorno de famílias Timbiras, ex-habitantes destas aldeias, que estavam residindo com outros grupos indígenas ou vilas próximas pressionados pelas constantes invasões de suas terras por não índios. Este retorno tem se dado principalmente em função da expectativa de uma resolução próxima para a questão da terra.

O relacionamento entre índios e neo-brasileiros é extremamente conflituoso naquela região, como já foi descrito nos diversos relatórios sobre a área, constantes do processo nº 3593/79/BSB, e acentua-se à medida que o tempo passa e a terra não é demarcada.

A população das aldeias Geralda-Toco-Preto, somava 52 pessoas, à época de nossa viagem, após isto houve o retorno de mais uma família com seis pessoas que desconhecemos como seja composta.

A distribuição desta população dá-se da seguinte forma:

ADULTOS: 17 masculino
15 feminino

CRIANÇAS: 28 indivíduos

OBS: DADOS DE 03/12/84 - RDG Nº 834/84 6ª DR

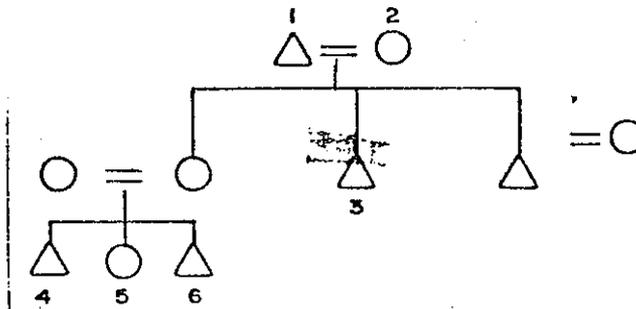
A composição das famílias à época de nossa viagem era a seguinte:

ALDEIA GERALDA:

[Signature]

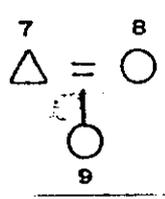
FAMÍLIA 1-

- 1) BENEDITO - T 60 anos
- 2) ROSALINA - T 56 anos
- 3) ADÃO - T 19 anos
- 4) JAIME - (T + C) 11 anos
- 5) JAIRO - (T + C) 10 anos
- 6) LUCENILDA - (T + C) 11 anos



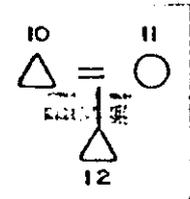
FAMÍLIA 2-

- 7) ANTONIO - C 30 anos
- 8) JURACI - T 32 anos
- 9) LEONILDA - (T + C) 01 ano



FAMÍLIA 3-

- 10) ARÃO - T 30 anos
- 11) GRAÇA(+) - C 25 anos
- 12) ANTONIÃO - (T + C) 05 anos



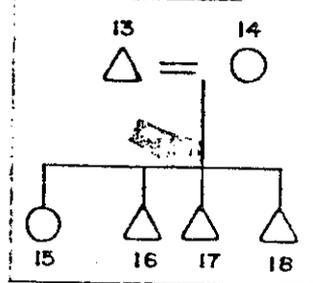
[Handwritten Signature]

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. 3593/79
Fls. 246
Rubrica: J. J.

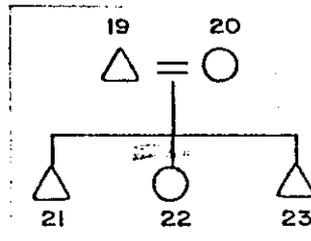
FAMÍLIA 4-

- 13) JOÃO - T 35 anos
- 14) NEUZA (+) C 30 anos
- 15) MANA (T + C) 17 anos,
- 16) ZÉZICO T + C 13 anos
- 17) ILDEJANIS T+C 10 anos
- 18) LEANDRO T + C 04 anos



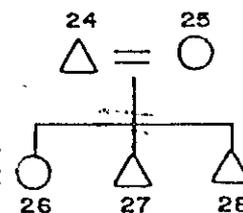
FAMÍLIA 5 -

- 19) LUIZ - C 45 anos
- 20) HELENA - (+) T 43 anos
- 21) FRANCISCO - T + C 17 anos
- 22) GENA - T + C 13 anos
- 23) LINDOMAR T + C 10 anos



FAMÍLIA 6.-

- 24) ANTONIO - C 28 anos
- 25) JAMAMEI - T 27 anos
- 26) JOINA - C+T 07 anos
- 27) JONES - C+T 04 anos
- 28) RAUL - C+T 02 anos



[Handwritten signature]

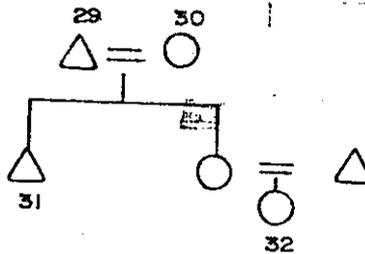
MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. 3593/79
Fls. 247
Rubrica: *[Handwritten Signature]*

(L) LADEIA TOCO-PRETO

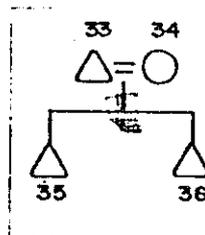
FAMÍLIA 1 -

- 29) JOSÉ ATANÁZIO - G - 65 anos
- 30) INÊS - T - 60 anos
- 31) JUCA - T+G - 35 anos
- 32) RAIMUNDA - T+C - 14 anos



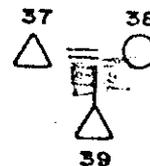
FAMÍLIA 2 -

- 33) MOACIR - T+G - 30 anos
- 34) MARIA - C - 25 anos
- 35) ANTONIO - C+T - 02 anos
- 36) RAIMUNDO - C - 08 anos



FAMÍLIA 3 -

- 37) GETÚLIO - T+G - 25 anos
- 38) RITA - C - 22 anos
- 39) FRANCISCO - C+T - 01 ano

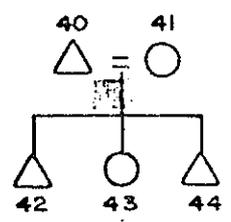


[Handwritten signatures and marks]

P. n. 3593/79
248
J. J.

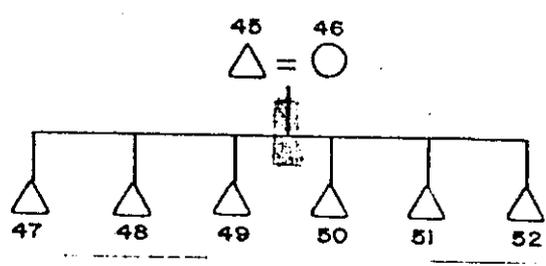
FAMÍLIA 4 -

- 40) CARLOS- C - 25 anos
- 41) GRAÇA- T+G - 22 anos
- 42) HENILSON- T+C- 03 anos
- 43) CARLENE- T+C- 02 anos
- 44) RECÉM-NASCIDO- T+C - dias



FAMÍLIA 5 -

- 45) PEDRO - G+C - 65 anos
- 46) TOMÁZIA- C - 60 anos
- 47) NASCIMENTO- C+G - 40 anos
- 48) FRANCISCO- C+G - 26 anos
- 49) ANTONIO - C+G - 22 anos
- 50) PEDRO- C+G - 14 anos
- 51) JOSÉ - C+G 10 anos
- 52) JERRY- C+G 12 anos



[Handwritten signature]

3593/79
249
J. B. M.

SITUAÇÃO SÓCIO - ECONÔMICA

" A estrutura política e econômica foram as esferas mais afetadas, o sistema de trabalho não mais obedece aos esforços coletivos e a produção perdeu sua função social, assumindo por vezes um caráter competitivo de produção no seio da própria tribo.....

A baixa produtividade, é um dos fatores que mais dificultam a participação dessas comunidades como força produtiva na região. A maior parte dos grupos indígenas restringe suas atividades econômicas dentro de uma economia de subsistência que mal dá para o auto consumo.

O cultivo da mandioca, milho, fava, arroz, batata doce, são as espécies predominantes. A caça ainda representa uma atividade de grande importância, porém com as devastações das matas e as inúmeras invasões de caçadores de animais silvestres, começa a se escassear aumentando sensivelmente a dificuldade à sua obtenção. A introdução de hábitos alimentares, vestuário e outros costumes assimilados dos brancos, compulsione ram a participação destas comunidades no mercado regional.....

A sua situação dentro do mercado de excedentes é penosa: cada índio, isoladamente, procura um meio de suprir suas necessidades através da venda de "excedentes" ou desenvolvendo trabalhos como assalariados, cuja remuneração está bem abaixo da média da região.....

Até pouco tempo, o artesanato representava a atividade mais lucrativa; a desvalorização forçada de seus artigos já não compensava os esforços, estando eles abandonando gradativamente esta atividade. Todas as tentativas de alcançarem o mercado regional, terminam em frustrações e decepções: o preço que recebem por seus produtos não compensam os esforços.....

A baixa produtividade é decorrente de uma série de fatores, por vezes, alheios a sua vontade, subordinados a pró

3593/79
250
[Handwritten signature]

pria estrutura agrária e econômica da região:

- 1 - Técnica primária de trabalho;
- 2 - Instrumentos de trabalho, obsoletos;
- 3 - Sementes não selecionadas;
- 4 - Cultivo em terras impróprias;
- 5 - Sistema predatório de cultivo;
- 6 - Falta de assistência técnica e econômica;
- 7 - Inexistência de infra-estrutura - transporte, indústrias de transformação, etc;
- 8 - Monopólio da terra e dos bens de produção.

Em relação aos índios, um dos fatores que mais contribuem além de suas técnicas incipientes, são as injunções impostas pela sociedade dominante: ocupação de suas terras, condições competitivas desiguais, desvalorização dos seus produtos, insegurança no preço do mercado, falta de assistência técnica e econômica, tratamento discriminatório...

.....
- não lhes sendo permitido, nem mesmo, alcançar uma renda e quiparada a mais baixa, entre a população regional.

Eles (índios) também são unânimes em justificar que a baixa produtividade é decorrente de suas relações com os brancos:

1 - Perda do território tribal - ocupação das terras agricultáveis pelos fazendeiros reduzindo sua área de cultivo às terras de baixo rendimento. [enquanto na região a média de sacas de arroz por ha varia entre 40 a 50 sacas, os índios não conseguem produzir 40 sacas;

2 - Falta de ferramentas - quando um índio possui um machado lhe falta o facão ou a enxada, sendo preciso esperar dias para permutar as ferramentas e, então pros seguir o trabalho;

3 - Carência de provisões alimentares - desviando grande parte do tempo em busca de alimentos (caça) , ou trabalhando como assalariado para conseguir algum dinheiro a fim de comprar munições, querosene, sal sabão, açúcar ,

[Handwritten signature]

Proc 3593/79
Fls 251
Xul 1979

café etc...

4 - Invasão de gado em suas roças - As permanen-
tes invasões de gado, desistumilam os índios à ampliação de
suas roças, acarretando-lhes graves prejuízos com a perda de
grande parte dos seus legumes. Para protegerem seus roçados fa-
zer cercas toscas de paus entrelaçados. O ter o que perdem nes-
se trabalho daria para colocar outra roça com a mesma dimensão,
ou maior, geralmente, as suas roças medem entre 1 1/2 ha a 2
ha.

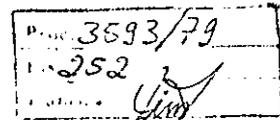
5 - Dificuldade de escoamento - As terras pró-
ximas da aldeia já estão devastadas, forçando-os a cultivarem,
as terras do centro da mata - distantes, algumas vezes 12 a 16
Km da aldeia. Para a retirada do produto, não dispõem de ari-
mais de carga - a não ser alguns asininos -, dependendo sempre
de "tropas" alugadas, o que onera o custo da produção;

6 - Relações mercantis expropriativas - Baixo
preço de venda, alto preço de aquisição, medidas fraudulentas (viciadas)..... Ao colocar seu produto no mercado, depois das elevadas despesas com transporte, sacarias etc - se vêem forçados a aceitar a oferta imposta pelo comprador, isto é, se for produtor livre, e se estiver ligado ao sistema de "aviamento" o produto já tem seu preço fixado, desde a época do contrato - a "famigerada" "venda na folha".....

7 - Debilidade Física - As sucessivas epidemias que assolam a aldeia, impossibilita-os de manterem um ritmo normal de trabalho, a deficiência alimentar, as condições precárias de higiene e a falta de recursos médicos, prolongam as enfermidades por tempo indeterminado;

8 - Restrição no Mercado - Informaram os índios que não se empenham em aumentar a produção de recursos extrativos pela não existência de mercado, a procura é mínima na região. Os trabalhos extrativos são efetuados periodicamente, somente quando recebem antecipadamente propostas de compra. Reportam casos, de terem voltado com o produto por não encontrar comprador".⁴

Apesar de todas as dificuldades acima citadas,



extraídas do trabalho do sertanista ANTONIO COBRIN que visitou a região daqueles índios no Maranhão em 1970, constatada por nós em 1984, os Kre'pu'mkat'ye atualmente tentam reabilitar - se economicamente, plantando bem mais que a média, até mesmo dos não índios da região. Existem, também, por parte daqueles índios, muitos projetos no campo econômico, como a utilização de tração animal em suas lavouras, a aquisição de maquinário agrícola como por exemplo: trilhadeira para arroz e milho etc.

O extrativismo, entra na economia como uma atividade extra que os índios realizam entre as tarefas agrícolas para conseguirem algum dinheiro.

Entretanto, fica bem claro no discurso dos mesmos, que enquanto não lhes for garantido o direito sobre suas terras, tudo isto não passará de projetos e sonhos.

PROPOSTA DE ELEIÇÃO DE ÁREA

Depois de diversas tentativas de várias equipes compostas por servidores da FUNAI e de outras instituições como INCRA e ITERMA, objetivando reconhecer e propor área para definição do território indígena Kre'pu'mkat'ye; e levando-se em consideração os atritos advindos dos choques de interesses, principalmente políticos, que esta questão vem suscitando na aquela região esta equipe tem à propor depois de em conjunto com os índios buscar resgatar a história da ocupação daquele território, tanto pelos índios quanto pelos não índios, a seguinte área:

PERIMETRO: Ponto de partida= marco de madeira M-1, implantado em um local chamado GALILEIA, daí, segue com uma linha seca e reta de aproximadamente 9,0 Km, até o Marco de madeira M-2 implantado no BAIXÃO DA LAGOA FEIA, daí, segue com uma linha seca e reta de aproximadamente 15,0 Km, até o Marco de madeira, M-3, implantado na GROTA D'ÁGUA PRETA, daí, segue com outra linha seca e reta de aproximadamente 13,0 Km, até o Marco, M-4, implantado na LAGOA ITALIANA, seguindo daí outra linha seca

[Signature]

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

3593/79
253
JUN 1979

e reta de aproximadamente 15,0 Km, até o M - 1 ponto de partida desta descrição.

A descrição territorial acima foi feita, em conjunto com os indígenas pelo técnico de agricultura e pecuária REGINALDO COSTA SANTOS, DPI/FUNAI, conforme relatório constante de processo nº 3593/79 - FUNAI.

A questão da terra naquela região, envolvendo índios e não índios, reveste-se de especial e grave tensão, que urge sejam tomadas providências a despeito dos interesses eleitorais de algumas pessoas, que só tem à lucrar com a continuação dos conflitos na área, pois os mesmos justificam suas presenças e promovem seus nomes. Os índios e não índios, não merecem nem devem permanecer à mercê de tão excusos interesses.

LINA SANDRA BARRETO
SOCIÓLOGA/FUNAI

PORTARIA Nº 16601E, DE 06 DE JULHO DE 1.984

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI,
no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto, os Processos FUNAI/
BSB/3585/77 e 3593/79 e face a EM 062/80 e o Decreto nº 88.118/83.

RESOLVE :

I. Designar os servidores REGINALDO COSTA SANTOS - Técnico de Agricultura e Pecuária, lotado nesta Sede, JAIME SANTOS BRITO - Técnico de Agrimensura - lotado na 6ª DR, sob a coordenação do primeiro, e acompanhados do Advogado do ITERMA Dr. EDNEWTON FOMIENELLE VIANA, do representante da Prefeitura Municipal de Grajaú, o Sr. VALDECIR VAZ DA SILVA e JAMANCI TIMBIRA, representante da Comunidade Indígena, realizarem o levantamento fundiário constante do item II da Portaria nº 1627/E de 12.03.84, desta FUNAI, dentro dos limites já definidos para as Áreas Indígenas GERALDA/TOCO PRETO e URUCÓ/JURUÁ, localizadas no Município de Grajaú, Estado do Maranhão.

II. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias para execução dos trabalhos de campo e 30 (trinta) dias para apresentação dos relatórios resultantes dos mesmos, a partir de 05 de julho de 1984.

III. As despesas deverão onerar os recursos do FIM SOCIAL.


JURANDY MARCOS DA FONSECA
Presidente

DPI/SGPI/JJM/rm.

SERVIÇO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO INDÍGENA - SGPI

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA PROCESSO :

ÁREA INDÍGENA : GERALDA/TOCO PRETO

UNID. REGIONAL : 6a. DR MUNICÍPIO : GRAJAÚ - MA

PAUTA DE VALORES : GETAT APROVADA : 06.02.84

VENCIMENTO : 05.02.85

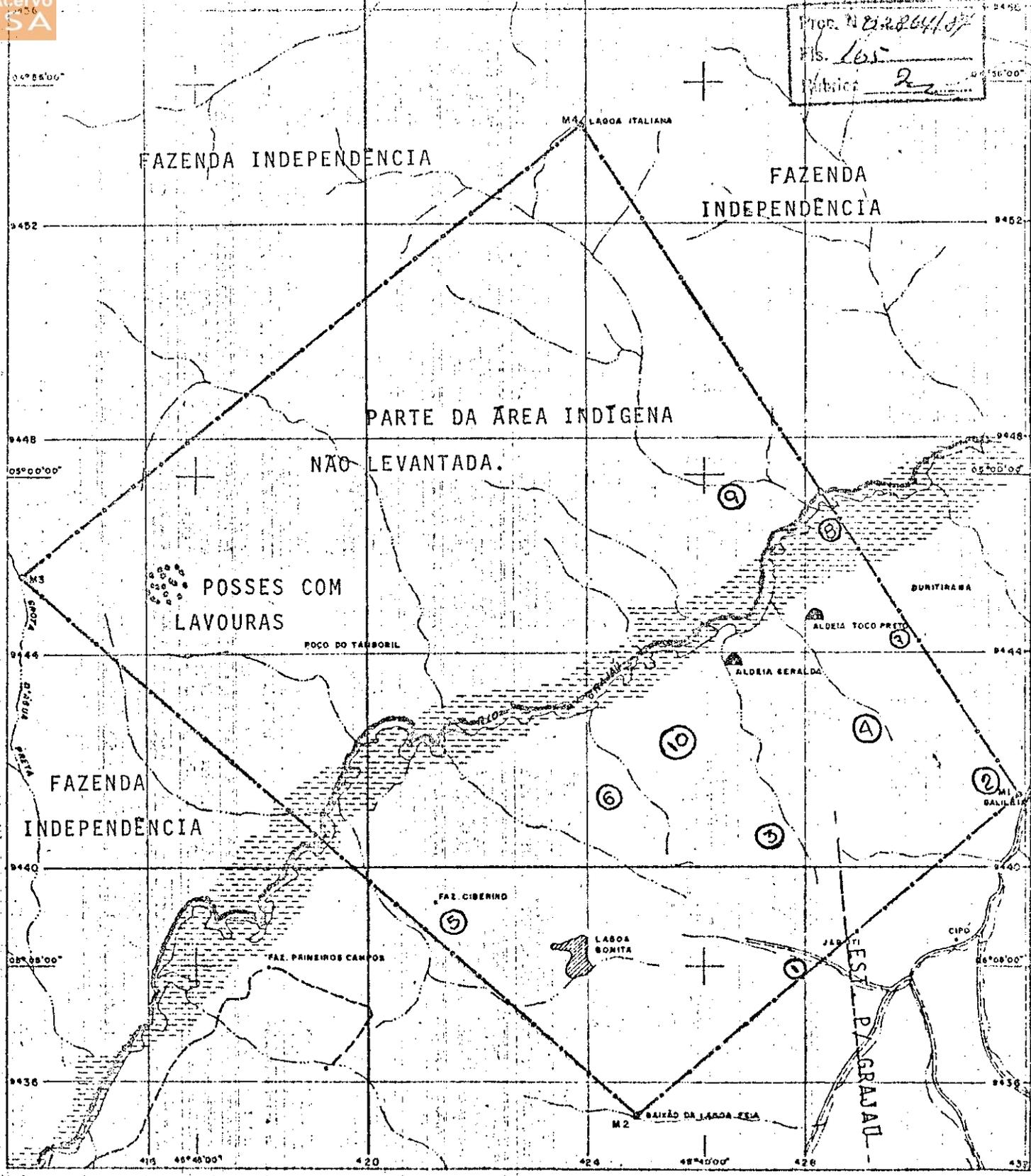
15

Cr\$ 1,00

ORDEM	NOME DO OCUPANTE	VR. INDENIZAÇÃO MÊS :	VR. CORRIGIDO MÊS:	ÁREA ha.	INDE NIZAD	RELO CADG	OBSERVAÇÕES
01	ADELSON DA CRUZ ROCHA	5.934.153		500			
02	MIGUEL DE JESUS	2.530.639		700			
03	VALDEMAR DE SOUZA SILVA	5.741.065		300			
04	SEBASTIÃO DA COSTA	760.735		60			
05	FRANCISCO MACÁRIO DA SILVA	15.987.675		400			
06	JOSE MACÁRIO DA SILVA	11.954.783		200			
07	ÂNGELO DIAS DE SOUZA	316.824		25			
08	HENRIQUE ALVES DA CONCEIÇÃO	716.715		50			
09	MARCELINO RODRIGUES DA SILVA	1.659.275		40			
10	LUIZ CARIRI DA SILVA	2.141.530		400			
TOTAL :		47.743.394		2.675,			

164
827

Proc. N.º 22.864/57
 Fls. 165
 Matéria 2



RELAÇÃO DE POSSEIROS

- 1-FRANCISCO M. DA SILVA
- 2-JOSÉ MACARIO DA SILVA
- 3-LUIZ CARIRI DA SILVA
- 4-HENRIQUE A. DA CONCEIÇÃO
- 5-ADELSON DA CRUZ ROCHA
- 6-ÂNGELO DIAS DE SOUZA
- 7-MARCELINO R. DA SILVA
- 8-SEBASTIÃO DA COSTA
- 9-MIGUEL DE JESUS
- 10-VALDEMAR DE SOUZA SILVA

— LIMITE FAZ. INDEPENDÊNCIA
 — LIMITE ÁREA INDÍGENA



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

ÁREA INDÍGENA GERALDA/TOCO PRETO		DELIMITAÇÃO	
	ÁREA APROX.	PERÍMETRO APROX.	
GRAJAU	18.598,44 ha	82.305 m	
MARANHÃO	1.100.000	25/06/84	
68 DR	FUNAI/DPB/3595/79	SISTEMA DE COORDENADAS: UTM ESCALA: 1:50.000 DATUM: BRASILEIRO PROJEÇÃO: UTM	
JAIMÉ B. BASTO TEC. ARQUITETURA	SÉRGIO DE CAMPOS SARG. MAIOR DA DIC	AUBREO A. SÁLEIRO -RETOR DA DPI	JURANDI M. M. VILARÇA PALEONTOLOGO DEPT. ANATOMIA LUT.